

GOVERNO

Covas e ACM retomam a troca de farpas

Desta vez, o alvo da polêmica entre o tucano e o pefelista é o preço dos combustíveis

O governador Mário Covas (PSDB-SP) aproveitou a abertura da campanha nacional de multivacinação ontem, em São Paulo, para fazer um trocadilho com o presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). “Tem a vacina BCG, agora tem a vacina ACM; não sei como é, mas deve ser boa, cura tudo”, ironizou, referindo-se à garantia que ACM deu na sexta-feira de que o preço dos combustíveis não subirá pelo período de um ano. “Normalmente o que ele fala tem sido para valer”, destacou Covas, lembrando, no entanto, que “ACM trabalha em primeiro lugar para o próprio Antonio Carlos Magalhães, mas também pode trabalhar para o País”.

Antonio Carlos rebateu também com ironia as afirmações de Covas. “Acho que há um equívoco, talvez ele (Covas) esteja se vendo no espelho”, disse ao **Estado**. Em seguida, o senador provocou: “Eu tenho no meu Estado uma base de sustentação melhor do que o Covas no Estado dele; tenho trabalhado muito pela Nação, ele devia estar melhor humorado depois do que passou, quando foi merecedor das orações de todo o País, inclusive a minha”.

Em meio à troca de farpas entre Covas e ACM – notoriamente em campanha pela sucessão presidencial –, o secretário-geral da Presidência, deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), também se manifestou ao **Estado**: “Não há congelamento

do preço dos combustíveis, não queremos aumentar mas se for necessário vamos fazê-lo.” “A questão do aumento do preço não é mais uma decisão do governo”, observou. Segundo o secretário-geral, “o governo não toma a decisão de aumentar o preço por crueldade, faz isso quando não tem outro jeito”.

Sobre a declaração de ACM de que não haverá novos aumentos em um ano, Aloysio anotou: “Não sei que elementos ele tem para falar, posso assegurar que não há congelamento porque não podemos fazer mágica, nem mister M pode prever se haverá ou não oscilações”.

ACM insistiu: “O Fernando Henrique já havia falado isso para parlamentares do PFL e hoje (ontem) o Jorge Bornhausen me disse também”. Segundo o senador, “Fernando Henrique disse isso claramente, só se houver uma catástrofe interna-

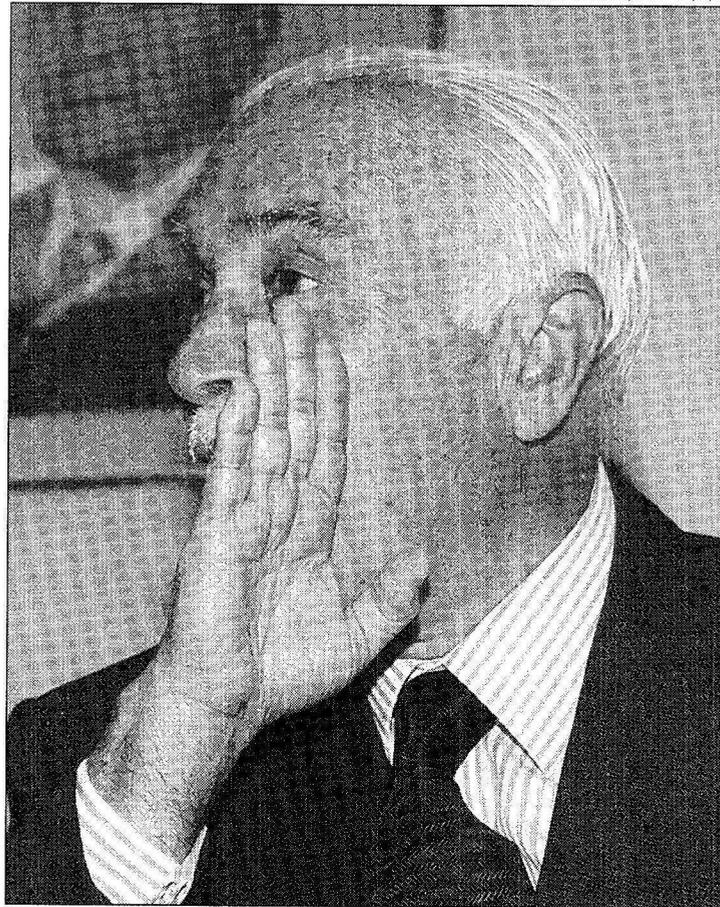
cional, mas o propósito dele é o congelamento”. ACM negou que tenha assumido o papel de “guardião da Nação” – nos últimos dias, roubou a cena política ao esquentar debates sobre a miséria, os pre-

catórios e o preço dos combustíveis. “Não, não, não, sou um modesto presidente do Senado que quer sintonizar com a opinião pública e ajudar o governo”, afirmou.

O presidente do Congresso negou que uma estratégia de marketing estaria por trás das suas polêmicas declarações. “É uma coisa espontânea, é da minha cabeça, é da cabeça do povo”. E completou: “Não há candidatura, apenas gosto de trabalhar”.

O secretário de Direitos Humanos, José Gregori, também entrou na discussão sobre combustíveis. Ele revelou que a equipe econômica está estudando

Ed Ferreira/AE-12/8/99



ACM, sobre Covas: “Talvez ele esteja se vendo no espelho”

um conjunto de “medidas compensatórias” que possam evitar aumentos de preços dos combustíveis por um ano, independentemente de novas altas do produto no mercado internacional.

Sobre os precatórios, Covas garantiu que São Paulo continuará pagando as dívidas. Ele defendeu, no entanto, uma mudança na fórmula de atualizar os cálculos e rejeitou a proposta de calote nos precatórios “fabulosos” – feita por ACM. “Eu posso até estar numa contingência que não possa pagar, mas não posso fazer disso uma tese”, explicou o governador.

Covas criticou os elevados valores das indenizações decretadas pela Justiça e ironizou: “Se você tiver alguns trocados guardados não coloque na poupança; compre precatórios, que são o melhor negócio do mundo”.

Segundo Covas, o governo paulista vai continuar pagando “o que puder”. Ele calcula gastar com precatórios entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões por mês. O governo de São Paulo contestou na justiça a mudança nos índices de cálculo.

Covas voltou a ironizar ACM ao lembrar que a proposta de parcelamento dos débitos judiciais “foi uma reivindicação que os governadores fizeram quando estiveram com o presidente da República. Parece que naquela hora não prosperou; parece que agora vai prosperar, tendo em vista a intervenção feita publicamente pelo presidente do Senado”. (Eugênio Mello-ni, Fausto Macedo e Marli Olmos)

■ Mais sobre Covas na página A6

'NEM
MISTER M PODE
PREVER', DIZ
ALOYSIO